



PARECER EM 2º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 519/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 519/2023 de autoria da nobre Vereador Professor Claudiney Dulim, que ***“Altera a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”***.

Em primeiro turno, o referido Projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça; Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana e da Comissão de Administração Pública**, nos termos regimentais como se depreende do despacho de recebimento constante às fls. 10 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça** o Projeto recebeu o parecer pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade**, conforme se verifica às fls. 13-16 dos autos do Projeto.

Na **Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana**, recebeu o parecer pela **aprovação**, nos termos das fls. 20-21 dos autos.

Na **Comissão de Administração Pública**, recebeu o parecer pela **aprovação**, nos termos das fls. 25-27 dos autos.

Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado a votação ao Plenário dessa casa, sendo aprovado em primeiro turno.



Tendo em vista a apresentação de emenda, o Projeto retornou às Comissões para a emissão dos devidos pareceres em 2º turno.

Fui designado relator para exame da matéria na Comissão de Legislação e Justiça e nessa condição, emito o presente voto nos termos do art. 52, I, "a" e em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei 519/2023 alvo deste parecer, visa ampliar as condições de trabalho dos comerciantes de alimentos em veículos, acrescentando, a possibilidade de indicação de dois prepostos pelo titular de licença para o exercício de atividade em veículo de tração humana e veículo automotor, sendo que esses poderão substituir o titular em qualquer momento.

A **emenda 1/2023** trata-se de um substitutivo que confere nova redação ao Projeto de Lei nº 519/2023:

"Art. 1º - O art. 123 da Lei 8.616, de 14 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 8º e 9º:

"Art. 123 - [...]

§ 8º- No caso do exercício da atividade em veículo de tração humana e veículo automotor, cada licenciado poderá indicar 2 (dois) prepostos, que poderão substituir o titular em suas ausências e impedimentos, desde que com comunicação prévia ou posterior, em prazo e condições a serem definidas em regulamento, respondendo solidariamente por todas as obrigações decorrentes da licença.



§9º - Aplicam-se aos titulares de licenças mencionadas no §8º, as vedações de que tratam os § 3º deste artigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em noventa dias.”

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 519/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade das proposições nascidas nessa casa, bem como daquelas oriundas do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que proposições inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual uma proposição que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

O ato de emendar um Projeto de Lei é uma etapa importante do processo legislativo no Brasil, que permite aos parlamentares propor alterações ao texto original do Projeto. As emendas podem ser sugeridas durante a tramitação do Projeto, desde que respeitem as regras estabelecidas pela Constituição Federal.

Ele é previsto tanto na Constituição Federal quanto em nossa Constituição estadual:

Constituição Federal

Art. 59 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

Constituição de Minas Gerais

Art. 63 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emenda à Constituição;



O processo de emendar um Projeto de Lei em nível municipal segue, em geral, as mesmas regras do processo legislativo federal e estadual.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade da emenda apresentada ao PL 519/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pela emenda 1, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.



§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto da emenda.

Além disso, temos que a emenda apresentada observa os preceitos e princípios das Constituições Federal e Mineira e não viola a competência dos demais entes federativos.

Assim, votamos pela constitucionalidade da **emenda 1/2023** ao Projeto de Lei nº 519/2023.

1.2) Da Legalidade



Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, os atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

A emenda 1/2023 atende a tais requisitos, uma vez que está em sintonia com a legislação que rege a matéria.

Nestes termos, votamos pela legalidade da emenda 1/2023 ao Projeto de Lei nº 519/2023.

1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que as emendas estão instruídas corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela regimentalidade da emenda 1/2023 ao Projeto de Lei nº 519/2023.



2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto *são pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade* da emenda 1/2023 ao Projeto de Lei nº 519/2023.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2023.

JORGE LUIZ
DOS
SANTOS:023
77068731

Assinado de forma digital por
JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Preencial, ou=Certificado PF
A3, cn=JORGE LUIZ DOS
SANTOS:02377068731
Dados: 2023.06.12 15:58:34 -03'00'

Vereador Jorge Santos
Relator

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	12/06/2023 19:02:25 UTC
Versão do software	2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer - PL 519-22 - 2ª Turno.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	c98bd83c233c65bd1706ef055fff7ed563d611b5faf2961df52795cef240bc17
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:*770687**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	12/06/2023 18:58:34 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 704 / 2019**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 05/06/2023,

CGM - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 12 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 704/19

Relatório

O Projeto de Lei nº 704/19, que “Dispõe sobre a destinação final e a disposição final dos resíduos sólidos e rejeitos da mineração no Município de Belo Horizonte/MG e dá outras providências”, de autoria da vereadora Marilda Portela e dos vereadores Arnaldo Godoy, Autair Gomes, César Gordin, Coronel Piccinini, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Fernando Borja, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gilson Reis, Helinho da Farmácia, Irlan Melo, Jorge Santos, Juninho Los Hermanos, Maninho Félix, Pedrão do Depósito, Pedro Patrus, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wesley Moreira, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 2 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cumpre destacar a reformulação da ementa, de modo a conformá-la ao conteúdo do art. 1º.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 704/19.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23

RELATOR

CMBH_DIRLEG-12/jun/23-15:47:03-003268-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 704/19

Classifica rejeitos da mineração como resíduo sólido e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Os rejeitos da mineração cuja disposição final se dá em ambiente a céu aberto ou em barragem de qualquer natureza passam a ser classificados como resíduo sólido.

Art. 2º - Fica autorizada a utilização de resíduo sólido proveniente da mineração na fabricação de artefato da construção civil, como bloco para alvenaria, tijolo, piso intertravado, telha e asfalto.

Art. 3º - Em construção de interesse social subsidiada, financiada ou custeada pelo poder público, sempre que possível e desde que haja prévio estudo de viabilidade e segurança, deverão ser utilizados insumos que contenham em sua composição resíduo sólido proveniente da mineração.

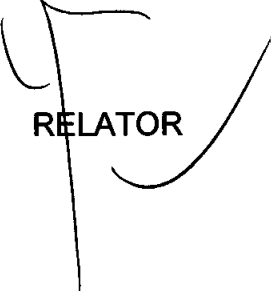
§ 1º - O estudo de viabilidade a que se refere o *caput* deste artigo deve atestar que os insumos não causam prejuízo à saúde ou ao meio ambiente e que não colocam em risco a segurança da construção, em especial quanto a seu comportamento, durabilidade e vida útil.

§ 2º - A opção pelos insumos que contenham em sua composição resíduo sólido proveniente da mineração deverá considerar os custos da operação, de forma a não onerar o empreendimento, conforme os princípios da economicidade e eficiência.

Art. 4º - As disposições do art. 3º desta lei aplicam-se também, desde que viáveis técnica e economicamente, à pavimentação asfáltica de via pública financiada ou custeada pelo poder público.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 298 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 05/06/2023,

LCM - 526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 12 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 298/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 298/22, que "Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos por farmácias e drogarias de grande porte do Município de Belo Horizonte", de autoria do vereador Bruno Miranda, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 4 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

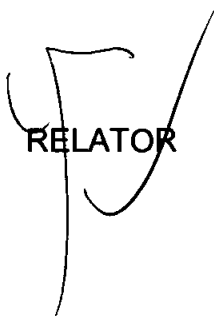
Fundamentação

Foram promovidas adequações às normas gramaticais, à técnica legislativa e aos padrões deste Legislativo. Em particular, por ser redundante, suprimiu-se a expressão "que se localizam em Belo Horizonte" do *caput* do art. 1º. As adequações promovidas não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado nem a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 298/22.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23


RELATOR

CMBH_DIRLEG-12/Jun/23-15:47:39-003270-1



PROJETO DE LEI Nº 298/22

Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos por farmácias e drogarias de grande porte do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - As farmácias e drogarias do Município classificadas na Junta Comercial como empresas de grande porte disponibilizarão recipiente, em local de fácil visualização, para recolhimento de medicamentos com data de validade vencida.

§ 1º - No recipiente a que se refere o *caput* deste artigo, constará a seguinte instrução: "Devolva seu medicamento vencido aqui".

§ 2º - No mesmo local, haverá aviso com a informação de que a má destinação de medicamentos vencidos pode oferecer risco à saúde da população e de animais, além de contaminar o solo e a água.

Art. 2º - A fiscalização dos dispositivos constantes desta lei e a aplicação das multas decorrentes de sua infração ficarão a cargo dos órgãos competentes da administração pública municipal.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 359/2022 – Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 359/2022, de autoria dos Vereadores Bruno Miranda e Irlan Melo, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 12 de Junho de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO: 49 7615
531867615

Assinado de
forma digital por
RAMON BAPTISTA
BIBIANO:4953186
Dados: 2023.06.12
10:40:19 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

REGULIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 12/06/23
HORA: 10:43

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 12/06/2023 13:50:54 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo pedido de diligência assinado PL 359.2022.pdf
Resumo SHA256 do arquivo 764e6eb43807a7fb71285c593e802a96011a0d8a0e7ff9fd8c33b99a727f0e55
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=RAMON BAPTISTA BIBIANO:***318676**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Data da assinatura 12/06/2023 13:40:19 UTC
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 529 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 05/06/2023,

CGM - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlon Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 12 / 06 / 2023[Assinatura]
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 529/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 529/23, que “Dá nova redação ao inciso I do art.2º da lei nº 9.041/2005, que ‘Concede benefício fiscal ou auxílio para os casos que menciona e dá outras providências”, de autoria da vereadora Marcela Trópia, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 529/23.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23


RELATOR

CMBH-DIREG-12/jun/23-15:47:54-403271-1



PROJETO DE LEI Nº 529/23

Dá nova redação ao inciso I do art.2º da lei nº 9.041/2005, que "Concede benefício fiscal ou auxílio para os casos que menciona e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:


Art. 1º - O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.041, de 14 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - [...]"

Parágrafo único - A remissão e a devolução, em relação ao tributo já pago, de que trata o *caput* deste artigo, será concedida para o exercício em que ocorreu o incidente, podendo estender-se para o exercício seguinte, desde que comprovado que, pela extensão do dano, a recuperação ultrapassa o exercício."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 / 06 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO